
ATA DA 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2025, às dezenove horas, na sede da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – Emdec, localizada na Rua Dr. Salles de Oliveira, nº 1028, Vila Industrial, Campinas, Estado de São Paulo, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CMMU) para a 6ª Reunião Ordinária, tendo como pauta:

1. Leitura e aprovação das atas anteriores;
2. Apresentação Formativa;
3. Balanço das Atividades do Ano de 2025;
4. Informes da Comissão de Revisão do Regimento do CMMU, das Comissões Regionais e outros;
5. Informes da participação dos representantes do CMMU em outros conselhos;
6. Assuntos Gerais

A reunião ordinária do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana de Campinas teve início sob a condução do presidente Alex, que deu as boas-vindas aos presentes e antes de ingressar formalmente na pauta, dirigiu-se ao conselheiro Irineu para prestar esclarecimentos acerca de questionamento anteriormente encaminhado por e-mail, informando que ainda se encontrava analisando atas de reuniões realizadas ao longo do ano, a fim de responder de forma completa e segura ao conteúdo apresentado. Ressaltou que a demanda não havia sido esquecida e que o retorno seria formalizado oportunamente, inclusive por meio eletrônico. Irineu ponderou que, dali em diante, preferia que as respostas fossem encaminhadas diretamente por e-mail, considerando a pauta extensa das reuniões. Alex concordou com a colocação e esclareceu que a intenção de sua fala era justamente evitar a ausência de retorno. João complementou, lembrando manifestação feita em reunião anterior, no sentido de que a simples resposta às comunicações já demonstraria consideração institucional e evitaria ruídos.

Em seguida, Alex questionou se havia observações quanto à ata da reunião anterior. Irineu apontou que constava na ata menção à fala de João sobre a realização de reunião extraordinária sobre mototáxi, com indicação de que ocorreria no mês de novembro. João tomou a palavra e esclareceu que, de fato, a intenção inicial era realizar a reunião naquele período, contudo a realização acabou sendo inviabilizada em razão da dependência de uma agenda nacional relacionada a acontecimentos que efetivamente se concretizaram em novembro. Acrescentou que a previsão registrada na ata estava correta à época, não se tratando de erro ou informação equivocada, mas de um planejamento que não pôde ser executado por fatores externos. Realizada a correção solicitada, a ata foi aprovada.

Superadas as considerações iniciais, Alex solicitou o prosseguimento dos trabalhos e anunciou o item da pauta referente ao momento formativo, convidando Adriana a realizar sua apresentação. Antes disso, João solicitou a palavra para apresentá-la formalmente, informando que Adriana é responsável pela governança da EMDEC e que sua presença atendia a solicitação dos conselheiros, com o objetivo de explicar a estrutura institucional, a natureza jurídica e o funcionamento da empresa, destacando a importância de os conselheiros conhecerem a organização interna da entidade e os espaços que a compõem.

Adriana iniciou sua manifestação agradecendo o convite e cumprimentando os presentes, esclarecendo que faria uma exposição geral sobre a EMDEC, abordando sua natureza jurídica, estrutura organizacional, governança e dados da mobilidade urbana em Campinas, colocando-se à disposição para responder questionamentos ao longo da apresentação. Ao longo de sua fala, explicou que a EMDEC é uma sociedade de economia mista, com capital majoritariamente público, sujeita tanto às regras da administração pública quanto às normas da contabilidade privada, ressaltando que todos os recursos administrados são de natureza pública, uma vez que se destinam à prestação de serviços públicos essenciais.

Durante a exposição, Adriana detalhou a origem dos recursos da empresa, destacando as receitas provenientes de multas de trânsito, convênios com a Prefeitura para a operação do transporte público, receitas de pátio e outras fontes correlatas, esclarecendo que tais valores são fiscalizados rigorosamente pelo Tribunal de Contas. Informou que todas as informações financeiras, contratuais e institucionais estão disponíveis no Portal da Transparência, inclusive folhas de pagamento e relatórios de gestão.

Ao tratar da evolução histórica da EMDEC, Adriana apresentou os principais marcos institucionais, explicando que, embora a empresa tenha sido criada em 1972, sua configuração atual se consolidou a partir da legislação de 1993, que a autorizou a executar os serviços da Secretaria Municipal de Transportes, razão pela qual esse momento é considerado sua efetiva constituição. Relatou a participação da empresa em projetos estruturantes ao longo das décadas, como a implantação do sistema de integração tarifária, a atuação na Rodoviária de Campinas, o desenvolvimento do corredor central, a elaboração do Plano Cicloviário, a implementação do Plano de Mobilidade Urbana e, mais recentemente, a adoção do Plano de Segurança Viária, que orienta as ações da empresa sob o princípio da redução a zero das mortes no trânsito.

Na sequência, Adriana explicou o papel institucional da EMDEC, destacando que sua atuação vai além da fiscalização de trânsito, abrangendo também o transporte público municipal, a educação para o trânsito, a segurança viária e o desenvolvimento de projetos estratégicos de mobilidade urbana, tendo como finalidade central a promoção de deslocamentos seguros, sustentáveis e acessíveis, bem como a redução de mortes e lesões graves.

Ao abordar a estrutura societária, esclareceu que a Prefeitura Municipal detém a quase totalidade das ações da empresa, sendo os demais acionistas entes públicos, que participam das decisões estratégicas por meio da Assembleia de Acionistas. Detalhou ainda a composição da administração da EMDEC, formada pelo Conselho de Administração e pela Presidência, com apoio do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, todos com atribuições de fiscalização e controle. Destacou que, desde 2023, há representante eleito dos empregados no Conselho de Administração, conforme exigência legal.

Durante esse momento, conselheiros passaram a manifestar dúvidas e considerações. Walther questionou sobre a legislação aplicável às atividades da EMDEC e sobre a destinação dos recursos oriundos das multas de trânsito. Adriana esclareceu que a aplicação desses recursos é vinculada ao que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, sendo fiscalizada pelo Tribunal de Contas, e que a EMDEC deve prestar contas de cada valor arrecadado. Acrescentou que a empresa exerce as atividades delegadas pela Secretaria Municipal de Transportes, razão pela qual os recursos ingressam em sua contabilidade, mas que, em termos práticos, poderiam igualmente ser transferidos pela Prefeitura.

Walther também levantou questionamentos sobre a autoridade de trânsito e a possibilidade de a EMDEC, por ser sociedade de economia mista, exercer poder de polícia. Adriana explicou que esse entendimento já foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, que reconhece a legitimidade da atuação da EMDEC nesse sentido, esclarecendo ainda que a autoridade de trânsito não é, por si só, quem lavra a infração, função que cabe aos agentes devidamente capacitados e legalmente investidos.

Outros conselheiros questionaram sobre a composição e remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Adriana esclareceu que a remuneração é obrigatória por lei, que os membros são indicados pelos acionistas e devem cumprir requisitos legais rigorosos, como formação superior e experiência compatível, e que todas as deliberações desses colegiados são registradas em atas, publicadas na área de governança do site institucional e registradas na Junta Comercial, em razão da natureza jurídica da empresa.

Também houve manifestações relacionadas a possíveis conflitos de interesse entre a EMDEC e os acionistas minoritários, ao que Adriana esclareceu que, embora os acionistas tenham representantes nos colegiados, a Prefeitura, como acionista majoritária, detém a condução principal das decisões, sendo garantido aos demais o direito de registrar posicionamentos em ata. Questionamentos adicionais foram feitos sobre contratos, prestação de serviços e histórico de atuação da empresa, com esclarecimentos prestados no sentido de que todas as operações seguem regras legais, contratuais e de governança, com ampla fiscalização interna e externa.

Encerrando sua apresentação, Adriana expôs dados gerais da mobilidade urbana em Campinas, destacando a elevada frota de veículos em relação à população, a extensão da malha viária e cicloviária e os desafios enfrentados pelo município. Colocou-se à disposição para retornar em outras oportunidades, caso os conselheiros desejassem aprofundar temas específicos.

Não havendo mais questionamentos, Adriana agradeceu a atenção de todos.

O conselheiro Alex iniciou a apresentação do Balanço das Atividades do Ano de 2025, esclarecendo que os pontos expostos representavam uma síntese dos principais temas discutidos ao longo das reuniões do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com o objetivo de oferecer uma visão geral da produção e atuação do colegiado durante o período.

Destacou que 2025 representou o primeiro ano de funcionamento do Conselho, marcado por um processo intenso de adaptação institucional, ajustes operacionais e aprendizado coletivo. Segundo o conselheiro, apesar das limitações enfrentadas, o período foi fundamental para a compreensão da dinâmica do Conselho e de seu papel no contexto da política pública municipal de mobilidade urbana.

Ressaltou, contudo, a necessidade de avançar para uma atuação mais efetiva, enfatizando que as demandas discutidas pelo Conselho precisam ter encaminhamento concreto, sob pena de o colegiado perder sua função estratégica. Defendeu que o Conselho deve ser mais atuante, participativo e efetivo, tanto em suas manifestações quanto em suas deliberações, a fim de que suas posições alcancem os órgãos competentes, como a empresa gestora do sistema, o órgão de trânsito, a Câmara Municipal e o Poder Executivo, assegurando o devido reconhecimento e respeito institucional ao Conselho.

O conselheiro avaliou o primeiro ano como uma fase de aprendizado, que deve servir de base para correções, ajustes e implementação de mudanças necessárias para o fortalecimento do colegiado. Informou que, no próximo ano, a presidência do Conselho será assumida pelo conselheiro Ribas, ocasião em que se colocou à disposição para continuar contribuindo com os trabalhos. Aproveitou para apresentar pedido de desculpas caso não tenha conseguido atender plenamente às expectativas ou demandas apresentadas, atribuindo parte das dificuldades à própria dinâmica institucional enfrentada no período inicial de funcionamento do Conselho.

Na sequência, o conselheiro Alex descreveu o início das atividades do ano, destacando a primeira reunião, realizada com expressiva participação da sociedade e dos conselheiros, o que proporcionou amplo espaço para manifestações, contribuições e debates. Enfatizou que esse encontro marcou a reafirmação do papel estratégico do Conselho no acompanhamento das políticas públicas de mobilidade urbana, embora tenha reconhecido que, na prática, ainda há necessidade de aprimorar os mecanismos de atuação e efetividade, especialmente no que se refere às atribuições regimentais.

Nesse contexto, sugeriu que a Comissão de Revisão do Estatuto/Regimento Interno avalie formas de tornar o Conselho mais efetivo e propositivo. Relatou que, na referida reunião, foram realizadas a eleição de comissões e a definição das representações do Observatório, do Fundo Municipal de Juventude, da CIP e de outros órgãos, bem como a inscrição e participação do Conselho no Conselho da Cidade, que já se encontra em funcionamento.

O conselheiro destacou que o ano foi marcado por diversas reuniões e intensos debates sobre a nova concessão do transporte coletivo, abordando o histórico do processo desde 2016, reconhecendo sua complexidade e longa duração. Informou sobre a iminente publicação do edital do sistema de transporte, avaliando que, após anos de discussão, há expectativa de que o novo modelo esteja mais alinhado à realidade atual da cidade e do país, contribuindo para a melhoria do transporte público.

Foram mencionadas as discussões relativas às revisões pós-pandemia, consultas públicas, estruturação da nova modelagem contratual, incluindo aspectos como tarifa pública, premissas contratuais (prazo, lotes, indicadores de qualidade e alocação de riscos), além de debates técnicos sobre CAPEX, financiamento, frota pública, governança do sistema e impacto na satisfação dos usuários.

Relatou-se também a realização de uma apresentação formativa sobre a migração dos usuários do transporte coletivo, com destaque para a queda contínua da demanda, inclusive com redução aproximada de 5% no número de passageiros em relação ao ano anterior. O conselheiro alertou para a ausência de reversão dessa tendência e mencionou a crescente utilização de modais alternativos, como o mototáxi, apontando preocupações quanto à segurança dos usuários, à ausência de regulamentação adequada e aos riscos associados a essa modalidade.

Nesse sentido, enfatizou a importância de ações voltadas à valorização e recuperação do transporte público, com foco em conforto, confiabilidade, segurança e redução do tempo de deslocamento.

O balanço prosseguiu com o relato da instituição do grupo técnico para estudo do edital de concessão, definição de calendário de reuniões e informes dos conselheiros. Foram

mencionadas ainda as reuniões subsequentes, que trataram da apresentação da mobilidade urbana em números, análises preliminares do edital, debates sobre segurança viária, introdução dos conceitos de Sistema Seguro e Visão Zero, além de discussões sobre fatores de risco, fiscalização, educação no trânsito e campanhas públicas.

Destacou-se a apresentação do relatório final do grupo de trabalho da licitação, bem como a constituição da Comissão de Revisão do Regimento Interno, comissões regionais e demais informes técnicos.

O conselheiro Alex enfatizou que, ao longo das reuniões, especialmente na fase de informes gerais, houve ampla participação e debates entre os conselheiros, considerando esse momento como o mais qualitativamente produtivo do Conselho, por permitir a livre manifestação de posições, contribuições e divergências, reforçando o caráter democrático e vivo do colegiado. Ressaltou, por fim, que essa participação deve ser ampliada, tornando-se cada vez mais efetiva.

Ao final de sua manifestação, agradeceu aos conselheiros, colocou-se à disposição para continuar colaborando e reiterou o compromisso de fortalecimento do Conselho na próxima gestão.

Na sequência, o conselheiro João solicitou a palavra e apresentou sua manifestação, destacando a importância do momento de balanço e transição. Reconheceu dificuldades enfrentadas ao longo do ano, especialmente no avanço da revisão do regimento interno, atribuindo parte dos atrasos a questões pessoais e profissionais, assumindo publicamente sua responsabilidade e comprometendo-se a avançar na superação dessas falhas.

O conselheiro João realizou ainda uma autoavaliação de sua atuação, reconhecendo falhas no cumprimento de expectativas e em aspectos de sua postura e atuação como secretário do Conselho, apresentando pedido público de desculpas aos demais conselheiros. Ressaltou os desafios enfrentados na organização administrativa e na publicidade das ações do Conselho, bem como os esforços realizados pela mesa executiva na estruturação das reuniões e definição de pautas.

Concluiu destacando que o Conselho se encontra em um processo de aprendizado, construção e amadurecimento institucional, afirmando que os erros cometidos devem servir como base para o fortalecimento da próxima gestão, com a perspectiva de um Conselho mais estruturado, atuante e alinhado às transformações da mobilidade urbana do município.

Dando continuidade aos debates, o conselheiro Walther manifestou-se reconhecendo o esforço da Comissão Executiva e da coordenação do Conselho, ressaltando que, apesar do trabalho desenvolvido, muitas ações ainda ficaram pendentes de aplicação prática, especialmente no que se refere a uma participação mais efetiva dos conselheiros. Destacou que parte das dificuldades decorreu de processos institucionais complexos e, em alguns casos, sigilosos, o que acabou limitando o avanço de determinadas pautas. Enfatizou, contudo, que os temas trabalhados ao longo do ano serviram de base para a representação do Conselho e possibilitaram identificar o que foi alcançado, o que não foi atingido e o que permanece pendente. Avaliou que os resultados do Conselho devem ser compartilhados com a sociedade e com a gestão municipal, de modo a contribuir para o desenvolvimento da cidade. Pontuou ainda que o período foi importante para aprendizado coletivo,

compreensão das dinâmicas internas e identificação de déficits, embora, em sua percepção pessoal, ainda não tenha conseguido exercer uma atuação tão ativa quanto gostaria.

Na sequência, o conselheiro Juarez fez uso da palavra e destacou a importância do processo democrático conduzido pela presidência e pela Comissão Executiva, reconhecendo o esforço para conduzir os trabalhos ao longo do ano. Ressaltou, entretanto, que o Conselho enfrenta grandes desafios, especialmente diante da expectativa de definição do processo de concessão do transporte público, aguardado há cerca de dez anos, enfatizando a necessidade de que haja uma definição até meados do mês, por não ser mais possível postergar decisões. Apontou que, apesar da melhora do cenário econômico do país e do aumento significativo de recursos públicos destinados ao transporte coletivo, os passageiros não retornaram ao sistema. Questionou a perda contínua de confiabilidade do transporte público, comparando a frota e a oferta de ônibus ao longo dos últimos anos, e destacou que, sem confiabilidade, o usuário tende a migrar para outros modais. Mencionou a concorrência de alternativas mais rápidas, como o mototáxi, ainda que reconheça os riscos envolvidos, ressaltando que, para o usuário, o tempo de deslocamento é determinante, sobretudo quando está relacionado ao cumprimento de horários de trabalho. Abordou também os investimentos realizados em corredores de ônibus, destacando que, apesar do elevado volume de recursos aplicados, não houve ganho efetivo de tempo de viagem para a população, apontando problemas operacionais, ausência de contrato vigente e falhas de integração do sistema. Concluiu enfatizando que o grande desafio do Conselho, além da abertura do processo de concessão, será acompanhar e contribuir para a operacionalidade de um novo contrato, com regras claras e um sistema que ofereça agilidade, conforto e confiabilidade ao usuário.

Em seguida, o conselheiro Ribas manifestou-se relatando sua experiência pessoal, informando que, desde sua aposentadoria, deixou de utilizar o transporte público, optando por deslocamentos a pé, de bicicleta ou, eventualmente, de automóvel. Destacou que, em uma cidade com aproximadamente 1,2 milhão de habitantes e quase 1 milhão de veículos, o trânsito tende a se agravar, independentemente do aumento da frota de ônibus, e que a simples ampliação da oferta não resolve o problema estrutural. Avaliou que o Conselho pode contribuir estudando alternativas para melhorar o fluxo viário e reduzir a circulação de veículos individuais, citando como exemplo medidas restritivas adotadas em outras cidades, como São Paulo, que poderiam ser debatidas. Ressaltou que o ano de 2025 representou um período de aprendizado pessoal e coletivo e manifestou expectativa de que, em 2026, o Conselho se torne mais efetivo e tenha maior notoriedade institucional, fortalecendo seu papel junto à sociedade e aos demais órgãos públicos.

Na sequência, o conselheiro Augusto fez sua manifestação avaliando que o ano foi de aprendizado para todos os envolvidos, inclusive para os representantes da administração pública. Relatou que a primeira reunião, destinada à eleição, já evidenciou dificuldades na dinâmica interna do Conselho, com episódios de turbulência desnecessária. Comentou que a segunda reunião foi particularmente impactante para ele, como usuário do transporte coletivo, estudante e ciclista, ressaltando que a perda de passageiros não pode ser atribuída a um único fator, mas envolve mudanças culturais e problemas estruturais do sistema. Destacou atrasos frequentes, longos tempos de espera e a falta de confiabilidade do serviço, fatores que afetam diretamente a rotina dos usuários. Defendeu que o Conselho precisa enfrentar problemas complexos de forma direta e propositiva, mesmo reconhecendo suas limitações institucionais e a complexidade das questões envolvidas.

O conselheiro ponderou que o Conselho poderia se organizar melhor para, a cada reunião, mapear quais demandas podem ser encaminhadas internamente e quais precisam ser levadas a outras instâncias, ressaltando a importância de coragem institucional para enfrentar pautas difíceis. Observou que, apesar da sensação de muitas discussões ao longo do ano, houve também a percepção de que os avanços foram insuficientes ou fragmentados. Comentou sobre a atuação do Grupo de Trabalho da licitação, destacando que o cronograma apertado e a falta de experiência prévia da maioria dos conselheiros limitaram contribuições mais propositivas. Mencionou como aspecto positivo a visita à garagem, que possibilitou maior compreensão da realidade operacional do sistema de transporte. Por fim, ressaltou a necessidade de o Conselho aprofundar-se nas questões mais sensíveis, “colocar o dedo na ferida”, mapear as demandas oriundas das conferências e buscar avanços concretos, destacando, como exemplo, a necessidade de revisão da sinalização e da informação ao usuário do transporte público. Encerrando sua fala, reforçou, na condição de representante da juventude, a expectativa de que o Conselho avance de forma mais propositiva nos próximos períodos.

Dando prosseguimento às manifestações, a conselheira Sônia levantou questionamentos relacionados ao funcionamento das comissões regionais, demonstrando preocupação com a efetividade dessas instâncias e ressaltando a necessidade de que as demandas oriundas das regiões sejam devidamente atendidas e encaminhadas.

Na sequência, outro a conselheira Elizabeth fez uso da palavra destacando que, embora muitas propostas e sugestões sejam discutidas no âmbito do Conselho, nem sempre é possível visualizar sua concretização nos processos institucionais. Ressaltou a ausência de maior visibilidade e apoio da mídia para dar publicidade às pautas debatidas, bem como a importância de considerar as demandas da juventude e da população em geral, especialmente no que se refere à segurança e à responsabilidade do sistema de mobilidade. Enfatizou que, ainda que o Conselho discuta e formule propostas, estas precisam efetivamente chegar aos órgãos responsáveis para que se transformem em ações concretas, caso contrário, o debate perde seu alcance prático. E complementou que os protocolos não são respondidos pela EMDEC, que não há prazos e retorno para as solicitações feitas.

Em seguida, a conselheira Paula realizou uma manifestação mais extensa, avaliando de forma positiva o clima da reunião, que considerou uma das melhores realizadas ao longo do ano, especialmente pela manutenção da ordem, da civilidade e do respeito entre os participantes. Destacou que, em reuniões anteriores, houve excessos, discussões acaloradas e conflitos que pouco contribuíram para avanços efetivos. Relatou sua atuação como conselheira na região onde exerce atividades, mencionando sua participação em reuniões comunitárias, como a realizada no Recanto dos Dourados, onde foi apresentada a principal demanda relacionada ao transporte público local. Segundo relatado, os moradores enfrentam longos tempos de deslocamento, com necessidade de múltiplas integrações, especialmente na região da Cidade Judiciária, o que resulta em períodos superiores a cinquenta minutos de espera e deslocamento, considerados excessivos e desgastantes.

A conselheira informou que levou essa demanda diretamente à gestão técnica, dialogando com o representante Pedro Meloni, destacando o sofrimento cotidiano da população, que precisa sair muito cedo de casa e retorna tarde, em função da precariedade e da lógica operacional do sistema. Ressaltou que a efetividade do Conselho passa, necessariamente, pela escuta ativa da população e pela identificação das reais necessidades das comunidades, defendendo que os conselheiros devem atuar de forma propositiva, a partir das demandas

concretas dos territórios que representam. Reforçou ainda a importância do respeito, da educação e da paciência nos debates, relatando experiências negativas em reuniões anteriores, como a que tratou do tema dos patinetes, nas quais houve falta de civilidade e interrupções inadequadas.

Paula também compartilhou sua experiência profissional e de longa atuação em conselhos municipais, enfatizando a importância de organizar os conselheiros em grupos de trabalho, promover debates estruturados e construir documentos consistentes que possam subsidiar decisões e encaminhamentos efetivos. Avaliou que o primeiro ano do Conselho foi importante como aprendizado, mas que conflitos improdutivos não trouxeram resultados concretos. Destacou ainda sua experiência recente como usuária do transporte público em sua região, relatando que, embora em alguns locais o serviço funcione de forma satisfatória, essa realidade não é uniforme em toda a cidade. Mencionou o funcionamento do sistema de atendimento às reclamações da população, explicando que as manifestações chegam à administração, são analisadas e encaminhadas, mas reforçou que, sem respeito e diálogo, não é possível avançar institucionalmente. Ao final, desejou um próximo ano de trabalho mais harmonioso e construtivo no âmbito do Conselho, encerrando sua fala com votos de boas festas.

Em seguida, o senhor Marcelo Medeiros, líder da fiscalização do transporte, apresentou esclarecimentos em resposta às questões levantadas por Paula, especialmente no que se refere às linhas da área rural, como a 350 e a 358. Resgatou o histórico dessas linhas, destacando que, no passado, operavam com veículos antigos e apresentavam frequentes quebras, sobretudo em horários noturnos, e que houve significativa melhoria com a renovação da frota e ampliação da oferta. Explicou que a atual operação com atendimento à Cidade Judiciária trouxe ganhos operacionais, com maior número de ônibus e intervalos mais regulares, e que a maioria dos usuários realiza a integração utilizando o bilhete único, sem necessidade de múltiplos desembarques. Reconheceu, contudo, que ainda existem reclamações relacionadas a atrasos e falhas pontuais, muitas vezes decorrentes de quebras de veículos.

Durante o debate, Paula complementou suas observações, esclarecendo que sua fala se baseou nas demandas apresentadas pela comunidade, destacando que, apesar das melhorias, a solução da estação de transferência ainda não atende plenamente às necessidades dos trabalhadores da região, especialmente aqueles que exercem atividades de baixa remuneração e enfrentam grande desgaste diário. Medeiros ponderou sobre as dificuldades operacionais da área rural, mencionando as condições das vias, o tráfego intenso em determinados períodos e as limitações para a utilização de veículos mais novos, em razão do impacto da infraestrutura viária sobre a frota.

Na sequência, Alex ponderou que a questão da pavimentação das vias rurais é recorrente há muitos anos, destacando que existem alternativas técnicas, como pavimentos menos agressivos ao meio ambiente, que poderiam melhorar significativamente a operação do transporte público. Ressaltou, entretanto, que o tema gera resistência em parte da comunidade, o que exige diálogo e consenso local. Paula reforçou a importância de se buscar soluções que garantam transporte mais digno à população, defendendo a articulação entre diferentes conselhos para avançar na pauta da pavimentação. Alex concluiu destacando que, sem consenso comunitário, as soluções tornam-se mais difíceis de implementar.

Dando encaminhamento à pauta, a presidência observou o horário avançado e questionou se ainda haveria mais manifestações específicas sobre o balanço das atividades. Em seguida, o conselheiro João retomou o tema das comissões regionais, esclarecendo sua estrutura e funcionamento à luz da legislação anterior e da legislação atual. Explicou que, no modelo anterior, as comissões regionais funcionavam de forma paralela ao Conselho, mas que, quando passou a integrar o colegiado, essas comissões já se encontravam inativas. Com a nova legislação, as comissões regionais foram incorporadas formalmente à estrutura do Conselho, ao lado das comissões permanentes, temporárias e dos grupos de trabalho. Ressaltou que o regimento interno ainda não foi revisado para refletir essa nova organização, o que explica parte das dificuldades operacionais enfrentadas ao longo do ano. Informou ainda que, em 2025, foi constituído apenas um grupo de trabalho específico, voltado ao edital de concessão do transporte, sendo as demais participações decorrentes de representações do Conselho em outros fóruns e conselhos municipais, devidamente deliberadas em plenário.

Considerando que o registro em áudio foi interrompido, a parte final da reunião foi elaborada com base em síntese dos fatos e falas ocorridas em plenário, conforme relato dos participantes.

Dando continuidade à reunião, o conselheiro Irineu fez uso da palavra para tratar das demandas da região do Campo Grande. Informou que as solicitações foram formalizadas como pedidos da comissão regional correspondente, destacando que tais demandas refletem o consenso da população local. Na ocasião, entregou um documento físico à Mesa Executiva, comentando de forma sucinta os principais pontos solicitados e ressaltando que as reivindicações apresentadas contam com o apoio da comunidade da região.

Em seguida, o conselheiro Juarez também se manifestou. Contudo, em razão da interrupção do registro, não foi possível recuperar com precisão o conteúdo de sua fala, ficando consignado apenas que houve sua participação nesse momento da reunião.

Na sequência, o presidente Alex iniciou a abordagem do próximo item da pauta, assuntos gerais, informando sobre uma solicitação encaminhada pelo Ministério Público referente à participação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana na discussão sobre a situação das calçadas do município. Durante esse ponto da pauta, o conselheiro Beato solicitou a palavra para esclarecer melhor a demanda, sugerindo que o Conselho indicasse um representante para acompanhar o tema, propondo o nome do conselheiro Juarez, em razão de sua experiência prévia e familiaridade com a matéria. A sugestão foi colocada ao plenário, não havendo manifestações contrárias, ficando assim consensuada e aprovada a indicação do conselheiro Juarez para representar o CMMU nesse assunto.

Na sequência, o conselheiro Juarez manifestou-se novamente, ressaltando a relevância do tema das calçadas e destacando que considera importante que esse debate seja desenvolvido futuramente de forma integrada, envolvendo também o Conselho do Idoso e o Conselho da Pessoa com Deficiência, dos quais faz parte, visando uma abordagem mais ampla e inclusiva sobre acessibilidade e mobilidade urbana.

Posteriormente, o conselheiro Augusto solicitou a palavra e apresentou dois encaminhamentos. O primeiro consistiu na solicitação para que fosse verificada, junto à EMDEC e à SETRANSP, a possibilidade de participação do Conselho Municipal de

Mobilidade Urbana no ato de abertura dos envelopes da licitação do transporte público. O segundo pedido não pôde ser recuperado integralmente.

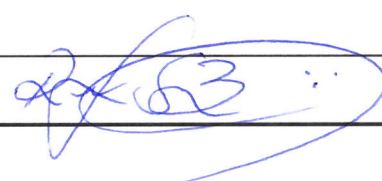
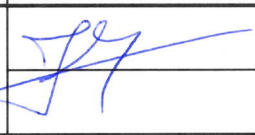

Em seguida, a conselheira Sônia fez uso da palavra para divulgar um programa de rádio relacionado às pautas de interesse do Conselho, convidando os conselheiros a participarem e informando que encaminhará, posteriormente, maiores detalhes e orientações a todos os membros.

Nada mais havendo a tratar, o presidente Alex agradeceu a presença de todos, reforçou os encaminhamentos realizados e declarou encerrada a reunião.

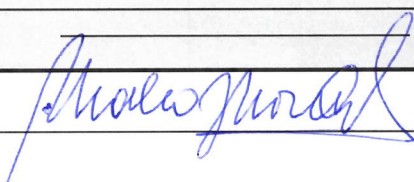
**6ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMMU - 04/12/2025
SOCIEDADE CIVIL**

		Nome	Região	Assinatura
1	T	Elizabete Morais Delfino	CENTRAL	
2	S	Maria Helena Nogueira	CENTRAL	
3	T	Joselito Nascimento	NORTE	
4	S	Andreia C. Marques Postal	NORTE	
5	T	Rosa Paula Selhi	LESTE	
6	S	_____	LESTE	_____
7	T	Fabício Santana Gonçalves	SUL	
8	S	_____	SUL	_____
9	T	Irineu Gonçalves Ramos Júnior	NOROESTE	
10	S	Sandra Maria Menezes Ferreira da Rocha	NOROESTE	
11	T	Hélio Villa da Silva	SUDOESTE	
12	S	Sandra A. Laura	SUDOESTE	
13	T	Juarez B. Mateus	PESSOAS IDOSAS	
14	S	Sonia M. J. Poppi	PESSOAS IDOSAS	
15	T	Gilberto Topinel	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
16	S	Kezia T. Pinho	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
17	T	Augusto Cesar S. Cruz	POPULAÇÃO JOVEM	
18	S	Lara Barbosa	POPULAÇÃO JOVEM	
19	T	José Antonio de Araujo Ribas	GRUPOS DE CICLISTAS	
20	S	Glauco Azevedo	GRUPOS DE CICLISTAS	

**6ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMMU - 04/12/2025
PODER PÚBLICO**

		Nome	Região	Assinatura
1	T	Fernando de Caires Barbosa	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
2	S	Rafael da Silva Bonardo		
3	T	Vinicius Issa Lima Riverete	EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A - EMDEC	
4	S	Giselle Normanha Biagi de Godoi		
5	T	Joao Maria Beato Andrade	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
6	S	Henri Maeda		
7	T	Wilson Folgozi de Brito	EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A - EMDEC	
8	S	Pedro Meloni de Oliveira		
9	T	Claudionir Thomas de Sá		
10	S	Marcelo Madi Carpenter Ferreira		
11	T	Matheus Jose Vegetti Meneguetti	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
12	S	Osmar Torres de Santana Filho		
13	T	Dennys Fellipe Romero Lopes	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
14	S	Deny Maria Simonaggio		
15	T	Regina Danielli Araujo Guimarães	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
16	S	Patricia Ferreira dos Santos		
17	T	Mariana Cristina Adão	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	
18	S	Rafaella Ribeiro Violato		
19	T	Willer Pereira da Silva	SECRETARIA MUNICIPAL DE COOPERAÇÃO NOS ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
20	S	Alexsander Nunes de Barros		

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMMU - 04/12/2025
OPERADORES

		Nome	EMPRESA	Assinatura
1	T	Allex Villaça Maia - Transurc	EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	
2	S	Samuel Fernandes Rosa - Transurc		
3	T	Walter Rocha de Oliveira - Cooperatas	PERMISSIONÁRIOS DO TRANSPORTE ALTERNATIVO MUNICIPAL	
4	S	Carlos Alberto do Lago - Cooperatas		
5	T	NÃO HOUE CANDIDATURAS	PERMISSIONÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL (TÁXI):	_____
6	S	NÃO HOUE CANDIDATURAS		
7	T	Marcelo Jacober de Moraes - Sest/Senat	EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS	
8	S	Eliane Antonia Mautone - Sest/Senat		
9	T	NÃO HOUE CANDIDATURAS	TRANSPORTE DE ESCOLARES	_____
10	S	NÃO HOUE CANDIDATURAS		_____
11	T	Milton Zanca - Sinfreocar	EMPRESAS DE FRETAMENTO	
12	S	Regina Rocha de Souza Pinto - Sinfreocar		
13	T	Sanae Murayama Saito - Sindivarejista de Campinas e Região	ENTIDADES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
14	S	Aparecido Nunes da Silva - Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas		
15	T	Marco Antonio Alves Pereira - Sindviários	SINDICATOS DE TRABALHADORES NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO E NA OPERAÇÃO DE TRÂNSITO	
16	S	Miguel Lorenzon - Sindviários		
17	T	Joaquim Simões Neto - PUC Campinas	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO	
18	S	Geraldo Gonçalves Delgado Neto - Mackenzie		
19	T	Márcia Eduarda Carvalho - Grêmio Estudantil da Escola Estadual Prof. ^a Celeste Palandi de Mello	ENTIDADES ESTUDANTIS	
20	S	_____		_____



6ª REUNIÃO ORDINÁRIA CMMU - 04/12/2025 - CONVIDADOS

	Nome	Assinatura
1	Ediogo Mascarenhas	
2	Jefferson Luiz	
3	Jefferson Macedo	
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		